

LEONARDO GRECO

Professor titular de Direito Processual Civil da
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Professor adjunto do Departamento de Direito Processual da
Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Advogado no Rio de Janeiro.

Instituições de Processo Civil

Introdução ao Direito Processual Civil

Volume I

4ª edição
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- 1ª edição – 2009 / 4ª edição – 2013

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Greco, Leonardo

Instituições de processo civil, volume I / Leonardo Greco, 4ª ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2013.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-4730-9

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.

09-0911.

CDU: 347.91/.95(81)

971326

Índice Sistemático

Apresentação.	XIII
Capítulo I – Paradigmas da Justiça Contemporânea e Acesso à Justiça	1
1.1. Distinção entre os sistemas da <i>civil law</i> e da <i>common law</i>	1
1.2. Outras características dos dois modelos	4
1.3. Acesso ao direito e à justiça	9
1.3.1. Pressupostos do acesso ao direito	10
1.3.2. O acesso à justiça	14
1.3.3. Conteúdo do acesso à justiça	17
Capítulo II – O Direito Processual e as suas Fontes	21
2.1. Conceito e espécies	21
2.2. Fontes do Direito Processual	23
2.2.1. Constituição	23
2.2.2. Tratados internacionais	28
2.2.3. Lei complementar	29
2.2.4. Lei ordinária	31
2.2.5. Leis de organização judiciária, resoluções e regimentos internos dos tribunais	32
2.2.6. Fontes complementares	34
2.2.7. Jurisprudência	36
2.2.8. Equidade	45
2.3. Lei processual no espaço	50
2.4. Lei processual no tempo	53
Capítulo III – Jurisdição	55
3.1. Conceito	55
3.2. Ato jurisdicional x ato legislativo	62
3.3. Ato jurisdicional x ato administrativo	64
3.4. Classificação	71
3.4.1. Jurisdição de conhecimento, de execução e cautelar	73
3.5. Jurisdição contenciosa e voluntária: distinções	75
3.5.1. Jurisdição voluntária: conceito	79
3.5.2. Natureza jurídica	80
3.6. Classificação da jurisdição quanto à natureza do interesse	84
Capítulo IV – Poderes Inerentes à Jurisdição	91
4.1. Poder de decisão	91

4.2. Poder de coerção	93
4.3. Poder de documentação	94
4.3.1. Fé pública.	94
4.3.2. Documentação eletrônica	95
4.4. Poder de conciliação	96
4.5. Poder de impulso	97
4.6. Considerações finais.	97
Capítulo V – Princípios Informativos da Jurisdição	99
5.1. Princípio da investidura	99
5.2. Princípio da indelegabilidade.	100
5.2.1. Carta rogatória	101
5.2.2. Carta precatória	102
5.2.3. Carta de ordem	103
5.2.4. Outra exceção	104
5.3. Princípio da aderência da jurisdição ao território	104
5.4. Princípio da inércia da jurisdição.	105
5.5. Princípio da indeclinabilidade da jurisdição	106
5.6. Princípio da unidade da jurisdição.	106
Capítulo VI – Competência.	109
6.1. Conceito	109
6.2. Finalidades	109
6.3. Competência internacional e competência interna	111
6.3.1. Competência internacional	111
6.3.1.1. Competência internacional concorrente	112
6.3.1.2. Competência internacional exclusiva	114
6.3.2. Competência interna	115
6.3.2.1. Critério objetivo	115
6.3.2.2. Critério funcional	118
6.3.2.3. Critério territorial	119
6.4. Competência absoluta e a reassunção do processo	120
6.5. Regras relativas à competência territorial	125
6.5.1. Regras especiais de competência territorial.	127
6.5.1.1. Foro de eleição	127
6.5.1.2. Foro de situação do imóvel.	129
6.5.1.3. Foro do último domicílio do autor da herança	131
6.5.1.4. Foro do domicílio ou da residência do alimentando.	131
6.5.1.5. Foro do cumprimento da obrigação	132
6.5.1.6. Foro das ações de reparação do dano decorrente de ato ilícito.	132
6.5.1.7. Foro das ações intentadas contra a pessoa jurídica.	133
6.5.1.8. Foro da residência da mulher	134
6.5.2. Outras regras especiais.	134
6.5.3. Concorrência entre regras especiais.	136
6.5.4. Competência da Justiça Federal.	137
6.5.5. Ação de consignação em pagamento	139
6.5.6. Execução da sentença arbitral e da sentença estrangeira.	139
6.5.7. Execução fiscal	140
6.5.8. Falência e insolvência	140
6.5.9. Ação de cobrança de duplicata	140
6.5.10. Ação popular	141

6.5.11. Usucapião especial <i>pro labore</i>	141
6.5.12. Jurisdição voluntária	141
6.6. Meios de arguição da incompetência	141
6.7. Conflito de competência	142
 Capítulo VII – Institutos Correlacionados à Competência	 145
7.1. Perpetuação da competência	145
7.1.1. Exceções à perpetuação da competência	146
7.1.1.1. Supressão do órgão judiciário	146
7.1.1.2. Alteração da competência absoluta	147
7.1.2. Desmembramento do processo e perpetuação da competência	148
7.2. Prevenção	150
7.3. Conexão	151
7.4. Continência	154
7.5. Prorrogação da competência	155
7.5.1. Causas ou ações acessórias	155
7.5.2. Causas ou ações incidentes	156
7.5.3. Causas ou ações consequentes	158
7.5.4. Distribuição por dependência	159
7.5.5. Natureza das regras sobre prorrogação da competência	160
 Capítulo VIII – Ação	 163
8.1. Considerações iniciais	163
8.2. Ação como direito cívico	165
8.3. Ação de direito material	165
8.4. Ação como direito ao processo justo	166
8.5. Ação como demanda	166
8.5.1. Partes	167
8.5.2. Pedido	167
8.5.3. Causa de pedir	171
8.5.3.1. <i>O jura novit curia</i>	173
8.5.3.2. Os fatos e o direito identificadores da demanda	174
8.5.3.3. A identidade da ação e o efeito preclusivo da coisa julgada	177
8.6. Ação como direito à jurisdição	178
8.7. Cumulação de ações	180
8.8. Classificação das ações	182
 Capítulo IX – Teorias da Ação e Condições da Ação	 187
9.1. As teorias sobre a natureza da ação	187
9.2. O trinômio das questões do processo	189
9.3. Condições da ação	195
9.3.1. Possibilidade jurídica do pedido	196
9.3.2. Interesse de agir	197
9.3.3. Legitimidade	200
9.3.4. Exaustividade das três condições	201
9.4. A teoria da asserção	203
 Capítulo X – Processo	 209
10.1. Conceito	209
10.2. Natureza jurídica	211

10.3. Relação jurídica processual: direitos, deveres, ônus e poderes	213
10.4. Processo e procedimento	215
Capítulo XI – Sujeitos do Processo	219
11.1. O juiz	219
11.2. Sujeitos parciais	220
11.3. Sujeitos auxiliares	220
11.4. Sujeitos probatórios	222
11.5. Outros sujeitos postulantes.	224
11.5.1. Terceiros intervenientes	224
11.5.2. Ministério Público	225
11.5.3. O advogado.	229
Capítulo XII – Atos Processuais	233
12.1. A teoria dos atos processuais e a teoria geral dos atos jurídicos	233
12.1.1. Características dos atos processuais.	234
12.2. Classificação dos atos processuais	236
12.2.1. Atos do juiz.	236
12.2.1.1. Atos decisórios.	236
12.2.1.2. Atos de movimentação.	241
12.2.1.3. Atos instrutórios.	243
12.2.1.4. Atos de coação	244
12.2.1.5. Atos de documentação.	245
12.2.2. Atos das partes	245
12.2.2.1. Atos postulatórios	245
12.2.2.2. Atos dispositivos	246
12.2.2.3. Atos instrutórios.	248
12.2.2.4. Atos reais	248
12.2.3. Atos dos auxiliares da justiça	249
12.2.3.1. Atos de movimentação.	249
12.2.3.2. Atos de execução ou de coerção	249
12.2.3.3. Atos de documentação.	250
12.2.4. Atos dos outros sujeitos processuais	250
Capítulo XIII – Atos de Comunicação Processual	253
13.1. Citação	253
13.1.1. Citação pessoal por mandado	254
13.1.2. Citação pessoal pelo correio.	256
13.1.3. Citação com hora certa.	257
13.1.4. Citação por edital	257
13.1.5. Citação por meio eletrônico	261
13.2. A nulidade da citação e o comparecimento espontâneo do réu	263
13.3. Efeitos da citação	263
13.4. Intimação	267
13.4.1. Intimação pessoal	268
13.4.2. Intimação pelo correio	269
13.4.3. Intimação pela publicação de aviso no Diário da Justiça.	271
13.4.4. Intimação por meio eletrônico	272
13.5. Subsidiariedade recíproca entre as normas que disciplinam os atos de comunicação processual	273

Capítulo XIV – Pressupostos Processuais	275
14.1. Pressupostos processuais subjetivos relativos ao juiz	278
14.1.1. Jurisdição	278
14.1.2. Competência	280
14.1.3. Imparcialidade	280
14.1.3.1. Impedimentos	281
14.1.3.2. Motivos de suspeição	282
14.1.3.3. Aspectos gerais sobre os impedimentos e os motivos de suspeição	283
14.2. Pressupostos subjetivos relativos às partes	284
14.2.1. Capacidade de ser parte	284
14.2.2. Capacidade de estar em juízo	285
14.2.3. Capacidade postulatória	286
14.3. Pressupostos processuais objetivos	290
14.3.1. Inexistência de fatos impeditivos	290
14.3.2. Subordinação do procedimento às normas legais	291
Capítulo XV – Lugar e Tempo dos Atos Processuais	293
15.1. Lugar dos atos processuais	293
15.2. Tempo dos atos processuais	295
15.2.1. Atos urgentes	300
15.3. Prazos processuais	302
15.3.1. Classificação dos prazos processuais	303
15.3.2. Princípios informativos da teoria dos prazos	306
15.3.3. Contagem dos prazos	316
15.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos	321
15.3.5. Os prazos no processo eletrônico	321
Capítulo XVI – Defeitos dos Atos Processuais	325
16.1. A teoria dos defeitos dos atos processuais e suas dificuldades	325
16.2. Espécies de defeitos dos atos processuais	327
16.2.1. Inexistência	329
16.2.2. Nulidade e anulabilidade	334
16.2.3. Nulidade absoluta	335
16.2.4. Nulidade relativa	340
16.2.5. Anulabilidade	341
16.2.6. Irregularidade	342
16.2.7. Erro material	344
16.2.8. Ineficácia	345
16.3. Princípios informativos da teoria dos defeitos dos atos processuais	345
Capítulo XVII – Processo e Procedimento	349
17.1. Distinções	349
17.2. A disciplina dos procedimentos no Código de Processo Civil e suas espécies	353
17.2.1. Procedimento comum ordinário	357
17.2.2. Procedimento comum sumário	361
Capítulo XVIII – Despesas Processuais	365
18.1. Sistemas de custeio	365
18.1.1. Momento de recolhimento das despesas	368
18.1.2. Responsabilidade provisória e definitiva	369

18.2. Espécies de despesas processuais	371
18.2.1. Custas em sentido estrito e taxa judiciária	371
18.2.2. Emolumentos	372
18.2.3. Ressarcimento de despesas com a utilização de serviços estranhos ao Poder Judiciário	373
18.2.4. Remuneração de sujeitos auxiliares e secundários do processo	373
18.2.5. Multas	374
18.2.6. Honorários da sucumbência	375
18.2.7. Outras regras relevantes sobre as despesas	377
Capítulo XIX – Assistência Judiciária	379
19.1. Sistemas de assistência judiciária	380
19.2. Assistência judiciária e assistência jurídica	382
19.3. Conteúdo da assistência jurídica	383
19.4. O beneficiário	383
19.5. Requisito para a concessão da gratuidade	386
19.6. A escolha do advogado	386
19.7. Outros aspectos legais da assistência judiciária	388
19.8. Questões em aberto	389
Capítulo XX – Processo Cumulativo	391
20.1. Classificação do processo cumulativo	393
20.2. Características da cumulação de ações	395
20.3. Cumulação objetiva e concurso de ações	399
20.4. Cumulação subjetiva: o litisconsórcio	403
20.4.1. Litisconsórcio necessário	403
20.4.1.1. Litisconsórcio multitudinário	406
20.4.2. Litisconsórcio facultativo	409
20.4.3. Princípio da autonomia dos litisconsortes	413
Capítulo XXI – Intervenção de Terceiros	415
21.1. Assistência	417
21.2. Oposição	422
21.3. Nomeação à autoria	425
21.4. Denúnciação da lide	428
21.5. Chamamento ao processo	434
21.6. Recurso de terceiro prejudicado	435
21.7. Embargos de terceiro	437
21.8. Execução coletiva	440
21.9. Intervenção litisconsorcial	444
21.10. Outros tipos de intervenção de terceiros	444
21.10.1. <i>Amicus curiae</i>	444
21.10.2. Outras disposições referentes à intervenção de terceiros	446
Capítulo XXII – Princípios Gerais do Processo Civil	449
22.1. Princípio da iniciativa das partes	449
22.2. Princípio do contraditório	451
22.3. Princípio dispositivo	456
22.4. Princípio da livre convicção	461
22.5. Princípio da publicidade	464

22.6. Princípio do impulso processual oficial	466
22.7. Princípio da lealdade processual	469
22.8. Princípio da oralidade	472
Bibliografia	477